

“Educação Informal e CPLP: Projeto IERPA” (Instituto de Ensino Recorrente e Profissional de Angola)

Petrouska Ribeiro
Licenciada em Direito, Pós-Graduada em Criminologia, Doutoranda
em Ciência Política; docente da Universidade Lusófona

Resumo

Face aos desafios contemporâneos colocados à Escola, a educação informal apresenta-se como uma resposta possível à resolução de inúmeros problemas. Pode servir para complementar muitos dos projetos e estratégias pedagógicas, visando uma melhor e mais eficaz socialização dos jovens. O que será mais fácil, se pensarmos nas condições do país que deverá acolher este tipo de Projeto, para a promoção de um trabalho coerente e planificado.

Como objetivo geral, a educação informal (entendida como youth/community work) pressupõe ensinar e motivar a aprendizagem dos jovens, sobretudo dos 11 aos 25 anos de idade (podendo este limite ser mais abrangente, consoante a necessidade e o meio onde o projeto é inserido), quer acerca deles próprios como membros (ativos) de uma comunidade, de uma nacionalidade e de uma “africanidade”, quer acerca da sociedade, através de atividades/iniciativas simultaneamente lúdicas, motivadoras e desafiantes, que permitam ao grupo-alvo um maior e mais eficaz desenvolvimento pessoal e social, bem como a formação de valores.

Como objetivo específico, torna-se importante refletir sobre as palavras-chave de uma dinâmica como a igualdade de oportunidades e a educação de pares, tendo em conta os jovens que se farão ouvir nestas iniciativas, bem como todos aqueles que formados e orientados no sentido de desenvolver um trabalho de campo, com os mais novos, desenvolverão parcerias para uma atuação mais proveitosa e eficaz, aos mais diversos níveis.

A abordagem de alguma forma comparativista, serve de prelúdio a uma série de artigos em torno das políticas de juventude e, sobretudo, da importância e do papel da educação informal na preparação eficaz, realista e motivadora das crianças, adolescentes e jovens para quem a escola, face às atuais transformações sociais, é cada vez menos uma realidade única a responder às suas necessidades e formação pessoal e cívica.

Abstract

Face to the challenges contemporaries placed to the School, the informal education is presented as a possible reply to the resolution of innumerable problems. It can serve to complement many of the projects and pedagogical strategies, aiming at one better and more efficient socialization of the young. What it will be easier, if thinker about the conditions of the country that will have to receive this type of Project, for the promotion of a coherent and designed work.

In the generality objective, the informal education (understood youth/community work) estimates you teach and you motivate the learning of the young people, over size 11 to 25 years of acts (being able this limit you be lives including, consonant the necessity and the way where project is inserted), or because of them self like members (activate) of community, of one nationality and one “African Construction”, or because of the society, with activities/ /initialises simultaneously ludical, motivate and hopelessness, who allows the white group, a greater and more efficient personal and social development, as well as formation of values.

The specifically objective, one becomes important you to reflect on the words key of dynamics the equality of possibilities and the education of pairs, having in account the young persons that will part of these initiatives, well all those that formed and guided in the direction you develop field work, with new, will develop partnerships for a more beneficial and efficient acutance, to the most diverse levels.

The Comparativist boarding serves of prelude you an article series around the youth politics and, to over all, of the importance and to paper of the informal education in the efficient preparation, realist and motivator of the children and adolescents for who the school is, face the actualise social transformations, each time an only reality to answer to its necessities and personal and civic formation.

1. Introdução

Compreender o fenómeno da educação informal implica, antes de mais, entender um conceito de educação que não passa pela escola em sentido formal, bem assim o Estatuto de Professor e o Estatuto de Aluno.

A aprendizagem é baseada na estrutura educativa e sempre na promoção das populações, na animação desencadeada pelas minorias e na transmissão das competências para que a pessoa humana se desenvolva enquanto cidadão.

Ora, este modelo educacional propõe o desenvolvimento de estruturas capazes de tecer laços com os dois mundos, aos quais irá servir: o mundo da educação, numa perspetiva formal e o mundo da educação numa perspetiva profissionalizante, prática, objetiva.

Servirá, a criação deste pilar, para um maior «aliciamento» dos jovens que se encontram em situação de não frequência do ensino – em grande escala, o ensino básico – com menos gastos, onde se possam atingir grandes dimensões na luta contra o fenómeno da exclusão e reinserção social.

Torna-se, desta forma, imperativo definirmos as etapas de formação a que o ensino formal obriga, para melhor encaixar o projeto de uma escola de formação – IERPA¹ – que coabite com as normas e leis pautadas pelo Ministério de Educação do País e que possibilite uma inserção da população na vida profissional mais rápida do que no ensino formal.

A instrução básica tem como fases a educação infantil – para crianças de 0 a 6 anos –, o ensino fundamental – obrigatório, com oito anos – e o ensino médio, de três anos. A educação superior é constituída de cursos sequenciais, cursos de graduação e de pós-graduação. A educação profissional é definida como complementar à educação básica, portanto a ela articulada, mas podendo ser desenvolvida em diferentes níveis, para jovens e adultos com escolaridade diversa.

A educação profissional tem como objetivos não só a formação de técnicos de nível médio, mas a qualificação, a requalificação, a reprofissionalização para trabalhadores com qualquer escolaridade, a atualização tecnológica permanente e a habilitação nos níveis médio e superior. A educação profissional deve levar ao «permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva».

Partindo do pressuposto que “educar para a cidadania merece um olhar aberto, prático e capaz do ensino”, a realidade angolana, neste momento, permite que a identidade fique alterada quando se determina que a educação escolar, e consequentemente o ensino médio, se deva vincular ao mundo do trabalho e à prática social.

Esta conotação dá maior abrangência ao segmento ensino médio, somada ao facto de que, este segmento do ensino é a etapa final da educação básica, oferecendo agora, de forma articulada, o que antes tinha finalidades dissociadas – uma educação equilibrada, com funções para todos os educandos, se previrmos:

- A formação da pessoa de modo a desenvolver os seus valores e as competências necessárias à integração do seu projeto individual ao projeto da sociedade em que se situa;
- A preparação e orientação básica para sua integração no mundo do trabalho, com as competências que garantam o seu aprimoramento profissional e permitam acompanhar as mudanças que caracterizam a produção no nosso tempo;
- O desenvolvimento das competências para uma aprendizagem contínua, de forma autónoma e crítica, em níveis cada vez mais complexos de estudos.

¹ IERPA – Instituto de Ensino Recorrente e Profissional de Angola.

2. Angola: Situação Geral e Programa de Consolidação

As considerações gerais sobre o Programa de Consolidação para o biénio 2006 – 2008 indicam a necessidade de construir novas alternativas de organização curricular, comprometidas, de um lado, com o novo significado do trabalho no contexto da globalização e, do outro, com o sujeito ativo, a pessoa humana que se apropriará desses conhecimentos para aprimorar-se no mundo do trabalho e na prática social.

Ora, o desenvolvimento humano tem a ver, em primeiro lugar e acima de tudo, com o deixar que as pessoas vivam a vida que valorizem, permitindo-lhes realizar todo o potencial como seres humanos. O quadro normativo do desenvolvimento humano reflete-se hoje na visão ampla definida nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio – o conjunto de objetivos com limites temporais acordados internacionalmente – e que visam reduzir a pobreza externa, alargando a igualdade de géneros e promovendo oportunidades de saúde e educação, como pilares fulcrais no desenvolvimento de todo o mundo.

O progresso em direção a estes objetivos fornece um ponto de referência para a avaliação da determinação da comunidade internacional em traduzir os compromissos em ação.

Mais do que isso, é a condição para construir uma prosperidade partilhada e uma segurança coletiva no nosso mundo, cada vez mais, interdependente.

Pela sua natureza e duração, é possível absorver-se três grandes linhas de orientação para o desenvolvimento da Educação:

- Transformar o quadro institucional, dotando-o de estruturas eficazes e de recursos humanos qualificados, capacitados quer para implementar os projetos definidos, quer para preparar e executar as ações subjacentes às diversas fases do lançamento da reforma educativa;
- Promover uma eficácia acrescida do ensino (através da criação de condições de base para a formação contínua de professores) e da sua contribuição para a melhoria do tecido produtivo (mediante o reforço do ensino técnico profissional e de novas estruturas e metodologias para o ensino recorrente de adultos);
- Aumentar a capacidade de oferta educativa e de apoio social aos alunos do futuro ensino primário.

Naturalmente que a dimensão e as vertentes desse programa estão condicionadas pela permanência ou progressiva erradicação da situação de instabilidade decorrente do pós-conflito político-militar e consequente fenómeno migratório verificado nos últimos seis anos.

Consoante o cenário, condicionados também poderão estar, ou não, três fatores decisivos para arrancar o sistema educativo angolano da situação progressivamente degradada, em termos de acessibilidade, equidade, de eficácia e qualidade:

- A assunção efetiva da educação como uma prioridade para o desenvolvimento;
- A mobilização social e a criação de parcerias para a promoção quantitativa e qualitativa da educação; e
- A criação de condições para uma aposta sustentada nos domínios técnico e financeiro da cooperação internacional multilateral e/ou bilateral.

Na imprevisibilidade da evolução da situação, é, todavia, possível definir, com alguma margem de segurança, por um lado, os eixos fundamentais que devem nortear o Programa de Consolidação e, por outro lado, identificar as áreas suscetíveis de se poderem formular projetos a serem corporizados no futuro.

Três eixos fundamentais deveriam balizar o Programa de Consolidação:

- Reforçar e aprofundar as áreas de atuação deste programa e, se possível, alargar a sua implantação a outras províncias e municípios do país;
- Direcionar-se para novas áreas de atuação ou transversais ao sistema educativo; e
- Privilegiar uma orientação no sentido da democratização e da qualidade, embora continuando a atuar na vertente quantitativa da acessibilidade e da equidade que constituíram a tônica de programas anteriores².

2.1. A Atuação do IERPA

Há, reconheça-se, necessidade de se romper com os paradigmas tradicionais para que se alcancem objetivos propostos para a educação básica e para a educação profissional. Tornou-se corrente afirmar que o conhecimento é hoje o principal fator da produção. Aprender a aprender coloca-se, assim, como competência fundamental para inserção numa dinâmica social que se re-estrutura continuamente. A perspectiva da educação deve ser, pois, desenvolver os meios para uma aprendizagem permanente, que permita uma formação continuada, tendo em vista a construção da cidadania.

² Nesta matéria, é importante citarmos o plano de actuação do " Programa de Emergência" implementado em Angola, no período entre 2000 - 2006.

Ao preconizar o aprender a aprender, consideram-se as rápidas transformações geradas pelo progresso científico e tecnológico, as novas formas de atividade económica e social e a decorrente necessidade de uma educação geral suficientemente ampla, mas que possibilite aprofundamento numa determinada área de conhecimento.

A educação geral fornece as bases para continuar aprendendo ao longo da vida. Ela é de extrema importância para o desenvolvimento de aptidões que possibilitem enfrentar novas situações, privilegiando a aplicação da teoria na prática e enriquecendo a vivência da ciência na tecnologia e destas no social, por seu significado no desenvolvimento da sociedade contemporânea.

Dentro dessa concepção de educação, as competências e habilidades requeridas são as mesmas para atingir os objetivos primordiais, sejam elas o desenvolvimento pessoal e da cidadania, a preparação básica para o mundo da produção e o domínio dos instrumentos para continuar aprendendo.

E o fundamento do IERPA não é tanto diferente, senão, complementar ao procedimento que impera o mundo educacional no País. O IERPA pretende:

- Formar professores sensibilizados para o trabalho com todo o tipo de crianças, sejam ou não consideradas de evolução normalmente esperada, na perspectiva da integração sócioeducativa, portanto, crianças em idade escolar que nunca tenham frequentado a escola ou que, por inúmeras razões, a tenham abandonado;
- Proporcionar o desencadeamento de políticas de abertura aos novos formadores, no sentido de, numa situação privilegiada de contato e de estabelecimento de laços afetivos com crianças/jovens, este estimular atitudes de abertura ao conhecimento e à criação, optando sempre por àquelas áreas em que a criança/jovem se sinta mais apto a desenvolver as suas capacidades;
- Promover a aquisição de conhecimentos e técnicas específicas implícitas nas áreas que integram o plano de estudos;
- Facilitar uma atitude e crítica de investigação conducente à estruturação de respostas inovadoras e criativas em situações reais de ensino/aprendizagem;
- Desenvolver atitudes que permitam articular conhecimentos e praticar a interdisciplinaridade em contextos educativos;
- Formar professores/formadores com um perfil flexível, preparando-os para um diálogo construtivo com as famílias e a comunidade.

O desenvolvimento pessoal e a experiência profissional dos formandos constituirão frequentemente o ponto de partida para a construção do saber, questionando e testando a eficácia de novas tecnologias, bem como a sua aplicação no contexto real de trabalho, criando-se assim, e cada vez mais, estímulos, que visem a modificação de atitudes e a aquisição de comportamentos desejados, bem como o incremento da qualidade no desempenho, através de estratégias e atividades que consolidem e promovam uma interiorização efetiva dos conhecimentos.

3. Modelos de Educação: As diversidades no idêntico

As opções de educação secundária mais frequentemente adotadas pelos sistemas educacionais podem ser divididas em três grupos básicos, com algumas variantes dentro de cada um deles.

A primeira categoria é aquela que estabelece duas vias, uma no sentido do prosseguimento de estudos e outra no sentido de preparação para o trabalho, sem equivalência entre elas. Esta é a opção alemã, do Canadá e da última reforma educativa espanhola, por exemplo.

A segunda categoria, busca conciliar todas as vertentes através de uma multiplicidade de ofertas bastante diferenciadas entre si, mas com equivalência para fins de prosseguimento de estudos, como é o caso dos modelos francês, austríaco e português.

A terceira via, que se vem configurando mais recentemente, propõe uma educação geral com uma forte presença do segmento científico e tecnológico e a complementaridade da educação profissional, em escolas ou nas empresas: tendências da educação secundária argentina, da Índia e, de forma especial, da israelita.

Esta última categoria é a que mais se identifica com a proposta de ensino informal com aplicabilidade prática num País como é Angola, tendo em conta os seguintes parâmetros:

- A educação geral deve ser concebida como educação de base científica e tecnológica, onde conceito, aplicação e solução de problemas concretos sejam combinados com uma revisão do papel dos componentes socioculturais que, por sua vez, devem ter uma visão epistemológica que concilie humanismo e tecnologias;
- O desenvolvimento pessoal deve permear a concepção dos componentes científicos, tecnológicos, socioculturais e de linguagem. Assim, também o conceito de ciências deve estar presente nos demais componentes
- numa concepção de que a produção do conhecimento

- é situada sócio, cultural, económica e politicamente num espaço e num tempo determinados;
- A conceção curricular deve ser interdisciplinar e contextualizada, transdisciplinar e matricial, de forma que as marcas da linguagem, das ciências, das tecnologias, da história, da sociologia e da filosofia estejam presentes em todos os componentes, intercetando-se e construindo uma rede onde o teórico e o prático, o concetual e o aplicado, aprender a conhecer, aprender a conviver, aprender a ser e aprender a fazer estejam presentes em todos os momentos; e
 - A educação profissional como qualificação ou habilitação para o exercício de uma actividade profissional, deve mostrar-se complementar e dependente da educação geral, podendo ser feita em escolas preparadas para o efeito, no ambiente de trabalho ou ainda, no terreno, com a vantagem de assentar nas competências construídas na base da educação geral.

Ainda com base na terceira opção, rompe-se com um modelo que preconizava a solução conciliatória entre os objetivos de preparar para o prosseguimento de estudos e a formação para o trabalho, num ensino de segundo grau profissionalizante, ponderando-se as vertentes terminal e propedéutica ou, ainda, introduzindo-se um aspeto inovador, no mesmo caminho da flexibilidade, que é a possibilidade de organização curricular por módulos, implicando a hipótese de saídas intermediárias e viabilizando uma educação recorrente.

Resumindo: a educação básica mantém uma relação de complementaridade com a educação profissional, que deve qualificar «jovens e adultos com capacidades e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas» e que possam eles próprios, estabelecer a ligação com os bairros mais desfavorecidos, com uma atitude profissional, de apoio e de ponte entre o IERPA e a população.

Esta capacitação objetiva será estruturada pelos seguintes níveis: qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos com qualquer nível de escolaridade; habilitar profissionais matriculados ou do ensino médio ou da educação superior; especializar e aperfeiçoar profissionais em áreas afins; intervir junto das ONG's e Unidades dos Ministérios da Educação e da Assistência e Reinserção Social.

3.1. Organização Curricular

Os princípios pelos quais se pauta a educação profissional devem ser a flexibilidade e a laborabilidade. Neste con-

texto, a abordagem das atividades produtivas que constituem o mundo do trabalho da realidade que observamos, leva a identificar três grandes segmentos: produção de bens, produção de conhecimentos e produção de serviços.

Cada um desses segmentos – bens, conhecimentos e serviços – tem processos próprios, ou seja, demandam funções específicas, que realizam operações segundo determinadas normas, métodos e técnicas.

Os diferentes processos produtivos guardam entre si semelhanças e diferenças, e sobre as semelhanças é que devem constituir as grandes áreas profissionais. Por sua vez, os processos produtivos de cada área profissional desdobram-se em funções e subfunções, e a partir destas últimas é que são identificadas as competências e habilidades, construídas sobre as bases tecnológicas a elas referenciadas.

Portanto, a definição de competências e habilidades para a formação de um profissional, intervêm na descrição das etapas deste processo, das funções e subfunções a serem desempenhadas pelos trabalhadores, deve ser objeto de investigação por técnicos em elaboração curricular, articulados com profissionais do setor ou área de produção.

O desenho deste quadro permitirá, então, que se estabeleçam as competências, ou seja, as operações mentais – sócioafetivas, psicomotoras ou cognitivas— que precisam ser desenvolvidas pelos estudantes, numa ótica para a qual saber fazer não é resultado de uma instrução mecanicista, mas de uma construção mental que pode incorporar novos saberes, viabilizando uma requalificação e uma reprofissionalização em função das mudanças económicas e tecnológicas.

Na organização curricular por módulos, os conhecimentos serão agrupados estruturalmente, possibilitando saídas intermediárias e retornos para reorientação e/ou complementação, garantindo maior flexibilidade à educação profissional, permitindo ao aluno cursar um ou mais módulos, receber um certificado de qualificação, ingressar no mercado de trabalho e retornar à escola para complementar o seu curso. No final, um conjunto de módulos gerará um diploma de habilitação para os portadores do certificado de conclusão do ensino médio.

É importante ressaltar que o nível básico da educação profissional, ainda que seja educação informal e, portanto, não sujeita à regulamentação do ensino formal, deve ter na formulação de seus currículos a mesma perspectiva do nível técnico. A metodologia para construção curricular é a mesma; entretanto, deve cuidar também das competências constituídas na educação básica.

O facto de não ter vínculos com um nível de escolaridade considerado normal, não significará a ausência de preocupa-

ção com esta base. A oferta de cursos do nível básico, quando necessário, deve articular-se com a elevação da escolaridade dos trabalhadores. Programas que melhorem as condições de inserção no mercado de trabalho não podem desconsiderar que a educação básica é condição necessária de laborabilidade.

3.2. As Áreas Profissionais

O agrupamento das atividades profissionais em áreas é sempre arbitrário, embora não desmotivado. O critério que foi adotado para a construção das áreas baseou-se na análise do processo de produção das diferentes actividades económicas e das competências cuja construção é requerida para os profissionais que nelas atuam.

O princípio da semelhança do processo produtivo e das competências determinou a agregação das áreas.

A educação profissional precisa ser sempre complementar à educação básica, de caráter geral. Grande parte dos perfis profissionais propostos pelo setor produtivo apresentam características muito vinculadas à formação geral do formando, no sentido de que ele precisa ter uma forte base humanística, científica e tecnológica, e competências para tomada de decisão, para o trabalho em grupo e para a adequação às constantes mudanças que se processam no mundo do trabalho, bem como a atenção, sobejamente repetida, sobre o trabalho que poderá ser desenvolvido com os mais desfavorecidos, dentro dos bairros, portanto, interpelando-os num meio que não lhes seja estranho de todo.

Entendendo que essas finalidades expressam um conjunto de competências que são a base que a educação média deve solidificar e sobre a qual é possível construir com sucesso a identidade, a profissionalidade e a cidadania, o ensino médio integra a educação básica como oportunidade de significar experiências e conhecimentos novos e adquiridos anteriormente para aprender a aprender, a problematizar, a refletir sobre a realidade e a negociar significados com outros.

Competências que são as mais necessárias para avançar com sucesso na vida cidadã e nos demais momentos da educação, sendo suficiente para o efeito:

- A permissão da adequação de conhecimentos úteis ou necessários para um determinado ramo ou área profissional (daí a necessidade de diversificar os currículos); e
- Levar à constituição de competências indispensáveis em todas as profissões (aqui a necessidade de centrar e unificar a proposta curricular em torno de competências cognitivas afetivas e sociais gerais.

3.3. A Inovação Pedagógica

Formação por competências e inovações educacionais. Este é um tema instigante. Afinal, como se dará na escola o processo de educação profissional para estas matrizes referenciais? Deveremos testar possibilidades. Algumas referências trazem reflexões interessantes. Inicialmente vou seguir o referencial de Perrenoud³, assemelhando um de seus textos de forma livre.

3.4. Cursos Profissionais e Planos Propostos

Os Cursos do IERPA deverão incidir sobre três áreas:

- Sócio-cultural (educação física e desporto, ciências da comunicação e cultura – nas vertentes da animação cultural e música, conservação do património artesanal e estudos linguísticos);
- Científico – Pedagógica (educação, serviço social – nas vertentes da infância, inserção social e terceira idade – e ciências sociais e humanas);
- Técnico – Prática (gestão de recursos humanos, contabilidade e administração, eletrónica, electricidade e mecânica).

3.4.1. Metodologia

A metodologia privilegiará o desenvolvimento de capacidades de trabalho em grupo / equipa, com uma forte predominância do ensino prático para uma melhor passagem do testemunho do saber, do saber fazer e do saber estar de forma dinâmica e eficaz.

³ A qualidade de uma formação profissional é executada primeiramente em sua conceção. Na maioria dos sistemas escolares que não funcionam por ciclos, alguns docentes ficam por dois anos com os seus alunos; obviamente, os programas continuam sendo anuais e apresenta-se um balanço ao final de cada ano letivo, com base no qual alguns alunos podem ser reprovados; mas a simples certeza de poder continuar o trabalho no ano seguinte com os mesmos alunos modifica as estratégias de ensino, alivia a pressão, facilita a diversificação de percursos e praticamente elimina a repetição; Planejar as aprendizagens para vários anos não é um exercício completamente diferente do que planejar para um ano; os professores têm um certo hábito de comandar processos de longo prazo, trata-se simplesmente de ampliar essa capacidade a etapas mais longas. Mas, aplicar o mesmo método ao ensino recorrente já leva a uma leitura diferente, ou seja, o candidato pode frequentar dois anos num só ou ainda, permanecer na instituição por dois anos com uma formação avançada.

3.4.2. Estrutura Curricular

(A)

Área Sócio-cultural	Carga Horária
Português	100
História	60
Informática	100
Educação Física (3 opções)	60
Línguas Estrangeiras	100
Ateliers Artesanais e Artísticos	100
Componente Prática	80
Total	600

(B)

Área Científico – Pedagógica	Carga Horária
Português	100
Noções Elementares de Direito	60
Informática	100
Legislação Laboral	60
Línguas Estrangeiras	100
História do Serviço Social	100
Componente Prática	80
Total	600

(C)

Área Técnico – Prática	Carga Horária
Português	100
Cálculo / Estatística	50
Informática	100
Contabilidade/Fiscalidade	100
Línguas Estrangeiras	100
Eletricidade/ Eletrónica/ Mecânica	100
Componente Prática	80
Total	630

3.5. A Construção de um Referencial de Competências

O resultado deste processo é uma matriz de competências a serem construídas pelos alunos da educação profissional ao longo de sua formação. O conhecimento da descrição do processo de trabalho não garante uma formação adequada; o que o faz é uma matriz de competências bem construída.

O referencial de competências deve ser instrumento permanente de trabalho da escola e do professor, sendo entendido como uma linguagem comum e central do

processo educativo e não como uma lista abstrata que precisa estar presente no «plano de curso» e no «plano de aula», mas não no quotidiano escolar.

Ele deve ser o roteiro permanente para se definir os problemas que serão propostos aos alunos e o parâmetro para a avaliação do processo pedagógico, pelo desempenho do aluno e pela análise do trabalho.

4. Plano de Cooperação da CPLP para 2007 – 2008

No âmbito da CPLP⁴, alguns aspectos têm sido ressaltados no que toca a educação e ao melhoramento dos sistemas vigentes.

Assim, indigita-se a promoção de políticas, programas e instrumentos financeiros, visando incrementar a renda das famílias que vivem abaixo da linha de pobreza, utilizando no máximo as potencialidades de cada região;

A realização de ações de formação em matérias de pequenos negócios para famílias pobres – o que poderá levar a um maior controlo da economia informal, capacitando os agentes;

Facilitar a criação de programas de recuperação de Infraestruturas e do equipamento escolar para integração dos jovens e das mulheres que se encontram fora do sistema escolar (a desenvolver até ao 1º semestre de 2008);

Bem como o encorajar a revisão dos currícula escolares na perspectiva do género, tendo em conta os princípios da UNESCO e assim, apontar para um significativo crescimento da população no sistema de ensino, bem assim, organizar ações de capacitação e reciclagem de docentes na perspectiva de género, ações essas, especificamente para o corpo docente (a desenvolver até o 2º semestre de 2007), no sentido de aumentar a capacidade dos docentes e a qualidade de ensino.

Neste contexto, o IERPA propõem-se colaborar, nos seguintes vectores:

- A) Ponte para Educação Profissional
 - Formação Profissional Básica
 - Cursos: Informática, Serralharia, Marcenaria, Mecânica, Eletricidade,
 - Pastelaria e Decoração, Pedreiro, Artesanato, Apicultura.

⁴ Proposta do Plano Indicativo de Cooperação da CPLP para 2007 – 2008, agendada pelo Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – no âmbito da XIV Reunião Ordinária de Pontos Focais de Cooperação – a ter lugar nos próximos dias 26 e 27 de Fevereiro de 2007.

- Formação para o autoemprego
- Formação para vida activa
- Microempresas
- Acompanhamento com o projeto Microcredito

B) Grupos Juvenis: Carácter Formativo e Inserção Social

Caraterísticas:

- Associativismo
- Formação Espiritual
- Educação ao amor e paternidade responsável
- Educação à cidadania

C) Acolhimento da criança em situação de risco

Serviços:

- Alfabetização
- Alimentação
- Higiene
- Trabalhos artesanais
- Assistência medica
- Localização, reintegração e acompanhamento familiar

5. ANÁLISE CRÍTICA

Na última década houve aumentos sem precedentes na riqueza material, e na prosperidade em todo o mundo. Ao mesmo tempo, estes aumentos têm sido muito irregulares, com imensas pessoas a não participarem do progresso. O bem-estar humano e a legitimação exigem liberdade para se fazerem escolhas reais, uma liberdade que um grande número de pessoas ainda não tem.

5.1. O Índice de Desenvolvimento Humano

O IDH⁵ apresenta uma medida conjunta de três dimensões do desenvolvimento humano:

- Viver uma vida longa e saudável (medida pela esperança de vida);
- Ter estudos (medido pela alfabetização de adultos e pelas matrículas nos níveis primário, secundário e superior); e
- Ter um padrão de vida decente (medido pelo rendimento de paridade do poder de compra, PPC).

O índice não é, de forma alguma uma medida abrangente do desenvolvimento humano. Por exemplo, não inclui indicadores importantes como o respeito pelos direitos humanos, a democracia e a desigualdade. O que fornece é um prisma mais amplo para encarar o progresso humano e a relação complexa entre rendimento e bem-estar.

O IDH (2004) realça as profundas lacunas existentes em termos do bem-estar e das oportunidades de vida que, continuam a dividir este mundo que está, cada vez mais, interligado. Foi o Presidente John F. Kennedy que cunhou a expressão «uma maré-cheia levanta todos os barcos». Mas quando se trata de desenvolvimento humano, a maré cheia da prosperidade global levantou alguns barcos – mas alguns estão a afundar-se rapidamente.

Os entusiastas que enfatizam os aspetos positivos da globalização deixam-se levar, muitas vezes, por esse mesmo entusiasmo. Usam cada vez mais a linguagem da aldeia global para descrever a nova ordem. Mas quando visto através da lente do desenvolvimento humano, a aldeia global parece estar profundamente dividida entre as ruas dos ricos e as dos pobres.

Por essa razão, existem 31 países na categoria de desenvolvimento humano baixo – um grupo com 9% da população mundial – onde a esperança de vida à nascença é de 46 anos, ou seja, menos 32 anos do que nos países de desenvolvimento humano elevado.

Os Governos olham, frequentemente, para o IDH como um instrumento de avaliação do seu desempenho, por comparação com o dos países vizinhos. A competição pelo desenvolvimento humano é uma rivalidade saudável – mais saudável, poder-se-ia afirmar, do que a competição relacionada com o PIB⁶.

Existem duas situações deveras preocupantes, no que toca ao desenvolvimento desses países, as quais são merecedoras de especial atenção:

- A lacuna entre a matrícula e a conclusão. Há quase uma (1) criança em cada cinco (5) nos países em desenvolvimento, a abandonar a escola antes de terminar o ensino primário. Em certos casos, as elevadas taxas de matrícula disfarçam o progresso em direção a aquisição da alfabetização elementar e de competências de numeracia. Em países como o Chade, Malawi e Ruanda, menos de 40% das crianças que se matriculam na escola terminam o ciclo de ensino primário.
- Níveis elevados de desigualdade de género no ensino pós-primário. Ainda que as lacunas em termos de matrículas entre raparigas e rapazes estejam a diminuir,

⁵ Índice de Desenvolvimento Humano, 2004.

⁶ PIB – Produto Interno Bruto.

continuam a existir profundas disparidades nos níveis, secundário e superior. As disparidades refletem uma discriminação sexual institucionalizada que deixa as mulheres em desvantagem, ao restringir as suas escolas e ao reduzir as suas oportunidades de rendimento e emprego. Devido às ligações entre ensino materno e a saúde infantil, a discriminação sexual também impede o progresso na redução da mortalidade infantil.

5.2. Uma Aprendizagem por Problemas

Construir uma pedagogia para a educação profissional baseada em competências é superar um curriculum concebido como uma sequência de conteúdos que podem trilhar este caminho de forma radical; sem preparação teórica prévia expõem os estudantes a problemas que devem ser resolvidos, inicialmente simples e fíctícios, progredindo para mais complexos e reais⁷.

Identificar carências, lacunas e mobilizar-se para preenchê-las é uma ótima oportunidade para desenvolver estratégias de superação das dificuldades e de busca e seleção de informações. Enfim, é necessário encontrar trajetos pedagógicos que proponham a integração dos recursos em situação real ou realista, com dados ausentes ou aproximativos, conhecimentos incertos, prazos, resistências, desacordos entre profissionais e até entraves institucionais.

A proposta aqui apresentada é a da construção de competências e apropriação de conhecimentos no processo controlado, coordenado e estruturado de resolução de problemas reais ou realistas, no espaço da construção pedagógica com equipas que se tenham organizado, partindo dos pressupostos acima descritos nos cinco pontos anteriores, e com uma integração baseada no ponto que se segue.

5.3. Professores Profissionais e Profissionais **Professores: Uma Parceria Necessária**

Como inserir uma educação profissional sem os profissionais?

A parceria entre a escola e o mundo do trabalho é uma necessidade para a concretização desta concepção de educação profissional. Equipas conjuntas da escola e da área de produção

devem estar permanentemente laborando para construir um processo de trabalho pedagógico que crie condições de qualidade na formação, sem que isso signifique uma anulação da diferenciação de papéis entre os atores das duas áreas: Professores e Profissionais. Professores são, acima de tudo, agentes de mobilização, conhecedores do processo de aprendizagem, e, portanto, organizadores deste processo e agentes de sistematização das aprendizagens realizadas. Profissionais das áreas são formuladores de problemas, reguladores do processo e estimuladores de inovações.

O planeamento é conjunto. O processo pedagógico deve ser simultâneo, articulado.

6. Estudo de Caso

O Bairro do Rocha Pinto

A deslocação da população para a cidade de Luanda e seus arredores, dá-se maioritariamente em 2000 por motivos de segurança, face à incapacidade do sistema oficial de construção na resposta ao crescimento urbano acelerado e a situação de guerra que ainda se vivia (de sublinhar que, grande parte da população hoje a habitar nesta zona, é deslocada de guerra), dando origem a bairros inteiramente informais como o são o Rocha Pinto, o Kikolo e o Morro Bento. De acordo com o responsável comunal, este bairro possui um posto de polícia, duas escolas oficiais do Iº nível e duas, do IIº nível. Grande parte da população não tem acesso a água potável e a rede telefónica e, alguns setores, não há energia eléctrica.

Luís Costa, oriundo do Kwanza – Norte, está desempregado e a esposa, Elisa, é vendedora de tomate no mercado da zona – Paviterra. Este morador, afirma que compra a água e que só tem energia uma vez ou outra, tendo como opção pagar por ela a indivíduos que comercializam horas de corrente (1 hora = 10/20 Kzs = 4/8 euros).

Acredita que um dia poderá ter uma vida melhor, mas nunca estudou porque cedo começou a trabalhar (é um dos chefes de família sem qualquer nível de instrução que, apenas neste bairro, totaliza os 3,5%). Assume ter cometido alguns erros que levaram, igualmente os seus quatro (4) filhos, a não frequentar a escola.

Num estudo publicado pela Concern Worldwide (2003)⁹, em 100 inquiridos – dos 16 aos 35 anos –, apenas 2,9%

⁸ Por essa razão, os conteúdos programáticos deverão conter uma forte componente prática, quer para uma maior e melhor assimilação de conhecimentos, quer para a satisfação de quem dele usufruirá.

⁹ Concern Worldwide é uma das Organizações Não governamentais, com sede na Holanda, que visa o auxílio, assistência e progresso das pessoas necessitadas, intervindo nas áreas menos desenvolvidas do mundo.

admitiram não saber ler nem escrever, competência assumida por 5,9%, enquanto que 79,4% referiram ter concluído pelo menos um nível de ensino básico (17,6% concluíram o Iº nível; 29,4% terminaram o IIº nível e 25,9% finalizaram o IIIº nível – qualificação correspondente ao ensino médio).

6.1. Análises Estatísticas

De uma forma geral, olhando para este grande País – ANGOLA –, os indicadores estatísticos mostram-nos o seguinte: Existem cerca de 1.000.000 crianças que não vão à escola; apenas 58% população analfabeta; 55% (5 aos 14 anos) estão matriculados; contudo, somente 30% frequentam até a 5ª classe sendo que, 50% tem idade inferior a 15 anos. Complementarmente, temos cerca de 480 mortes/dia (crianças e jovens), 260 Mortes/ 1000 crianças e 1/4 das crianças não completa os 5 anos, 5 % da população está infetada com HIV quando, a actividade sexual inicia aos 15 anos, o que em percentagem atinge os 43% e 70% das relações dos jovens, são desprotegidas.

Como compromissos governamentais para um futuro breve, Angola receberá cerca de 6.000.000 de Euros para construção de escolas, unidades hospitalares e residências. Até lá, a taxa de matrículas de crianças em idade escolar é de 40%, tendo 1.000.000 de crianças, ficado fora da escola.

7. Não havendo conclusão, mas ainda o que dizer...

Não gostaria que se entendesse o aqui tratado como um receituário ou um modelo, mas como um roteiro para aprofundamento, experimentação, discussão e revisão. Nestes tempos de mudança precisamos fazer um esforço grande de identificação de questões e de sistematização de propostas para solucioná-las.

O texto esboça, essencialmente esse esforço, ainda que admitindo pouco tempo de maturação destas ideias. Acredito que se, coletivamente compusermos tentativas de aprofundamento, crítica e proposição, poderemos logo construir projetos de prática escolar interessantes para evoluirmos no sentido de encontrarmos uma educação profissional de qualidade.

A sua forte presença é registada nas Províncias do Huambo, Huige, Lubango e Luanda, com a distribuição alimentar, elaboração de estatísticas e programas com mulheres portadoras do vírus do SIDA, bem como acionando campanhas de vacinação e de luta contra a poliomielite e desnutrição infantil.

Pois,

“Pelo sonho é que vamos comunicar de forma eficaz. Ser autênticos. Criativos. Agentes de mudança”.

Citando Sebastião da Gama

Bibliografia

- CONCERN WORLDWIDE – *The subsector analysis: Bairro Rocha Pinto, Luanda, Improving Economic Opportunities in the Informal Sector*, Luanda 2003.
- FERREIRA, M. E. – O processo de privatização em Angola, *Política Internacional* 1, 10, Lisboa 1995, pp. 177-196.
- GOVERNO DE ANGOLA – *Divisão Político-Administrativa da Província de Luanda*, Min. da Coordenação Provincial, Luanda 2005.
- GOVERNO DE ANGOLA – *Programa de Recuperação e Estabilização Económica de Médio Prazo 2004/2005*, Luanda 2005.
- HUGON, P. – *Economia de África*, Vulgata, Lisboa 1999
- Mayo – Agosto 1999 / Maio – Agosto 1999
- OEI: 50 años de cooperación / OEI: 50 anos de cooperação
- PERRENOUD, Philippe. CEFIEC. Marseille. Novembro de 1997. Tradução para uso como texto de trabalho.
- PNUD – Relatório para o Desenvolvimento Humano – 2004
- PNUD – Relatório para o Desenvolvimento Humano – 2005
- PROPOSTA DE PLANO INDICATIVO DE COOPERAÇÃO PARA 2007 – 2008, agendada para os dias 26 e 27 de Fevereiro de 2007.